CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255-2044 - CEP: 01045-903
FAX: Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 351/96 (Ap. Proc. 16ª DE Nº
3793/0816/95) Reautuado em 23-09-96

INTERESSADA: Escola Oriental de Massagem e Acupuntura

ASSUNTO: Autorização para funcionamento do Curso
Supletivo - Qualificação Profissional I V-Habilitação
Profissional Plena de Técnico em Reabilitação, com habilitação
afim em Acupuntura

RELATOR: Cons. Pedro Salomão José Kassab

PARECER CEE Nº: 507/96 CEEG Aprovado em 11 -12-96

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 O mantenedor da Escola Oriental de Massagem e Acupuntura, em setembro de 1995, dirigiu-se à 16ª DE para solicitar autorização para o funcionamento, em 1996, do curso Supletivo, em nível de 2º grau - QP IV - Habilitação Profissional Plena de Técnico em Reabilitação, com habilitação afim em Acupuntura. Para tanto, juntou documentação relacionada com seu pedido.

1.2 As autoridades competentes da SE, após dar cumprimento às suas atribuições, entenderam estar o protocolado devidamente instruído, de acordo com a legislação vigente, mas considerando que a habilitação pretendida não se inclui entre as instituídas pelos CFE e CEE, encaminharam o pedido à manifestação deste Colegiado.

1.3 Aqui chegando, o protocolado foi oportunamente baixado em diligência pela Presidência do Colegiado,

junto à Faculdade de Medicina da USP, a fim de que esta se manifestasse sobre o caso, em junho de 96.

1.4 Atendendo ao solicitado, a direção da FMUSP enviou a este Conselho parecer da Divisão de Medicina Física, do Departamento de Ortopedia e Traumatologia, que se transcreve a seguir:

"Com referência ao Prot. SE acima relacionado ao pedido de autorização para o funcionamento de curso de interesse da Escola Oriental de Massagem e Acupuntura, solicitado a nossa manifestação, informamos que:

1) Em vários Estados, proprietários deste tipo de cursos alegam ser a Acupuntura uma atividade técnica, de segundo grau, e assim conseguem autorização no nível da Secretaria de Educação. Se for considerado atividade médica, configura-se como profissão de terceiro grau, e o curso deveria ser autorizado pelo MEC.

2) O Dr. Cid Gesteira, Diretor do Depto. de Política de Ensino Superior DEPE/SESu/MEC Esplanada dos Ministérios Bloco L - sala 300 - Ed. Sede Brasília DF, fones (061) 223-9309, 214-8704/8674/8675, FAX: (061) 224-8920, declarou pessoalmente à diretoria da Sociedade Médica Brasileira de Acupuntura (SMBA) ser contrário à aprovação de tais cursos. O caminho indicado por ele para neutralizá-los é encaminhar denúncias à Delegacia Regional do MEC de cada Estado, ou diretamente a ele.

3) Sendo a Acupuntura uma atividade médica, só poderá ser executada por profissionais habilitados em Medicina, e ensinada para médicos ou estudantes de Medicina.

'- A Acupuntura no Brasil é uma Especialidade Médica (Resolução CFM 1455, de 11 de agosto de 1995). A Acupuntura passou por testes laboratoriais e em animais, e por estudos clínicos e neurofisiológicos. Hoje é universalmente aceita como método médico.

'- A prática da Acupuntura implica na execução dos vários aspectos do Ato Médico - elaboração de diagnóstico, prognóstico, prescrição de terapêutica e aplicação de procedimento invasivo.

'- O Conselho Federal de Medicina, desde 1992 (Parecer 02/92) reconhece a Acupuntura como **Ato Médico**. Em 16-04-93, emitiu o Parecer 05/93, em que "discorda da possibilidade de se oferecer cursos de pós-graduação em Acupuntura, enquanto método terapêutico, a profissionais que não tenham a capacidade para realizar um diagnóstico".

'5) Hoje estima-se cerca de 20.000 pessoas, dos mais variados níveis de escolaridade, que exercem esta atividade. Espalham-se pelo País empresas de ensino de Acupuntura, criando 'profissionais' que fazem diagnóstico, prescrição e efetuam procedimentos médicos.

'6) Já em 1993, a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, através da Divisão de Avaliação de Riscos promoveu o Seminário Nacional sobre o Exercício da Acupuntura no Brasil, definindo sua prática por leigos como uma "situação problema".

'7) Em 1995 o Sr. Ministro da Saúde, Dr. Adib Jatene, criou o Grupo Assessor Técnico-Científico de Medicinas Não-Convencionais, com a missão de colaborar com o Ministério na criação de normas para produtos e serviços nestas atividades, devido às dificuldades para supervisionar as atividades destes "profissionais" já existentes.

'8) Na página 36A do *curriculum* apresentado pela Escola Oriental de Massagem e Acupuntura, no plano de Estágio Supervisionado, cita sobre 'Aplicar as técnicas de Acupuntura e Moxabustão' no estágio supervisionado. A supervisão neste caso deverá ser feito por um médico, pois o mesmo constitui um ato invasivo, porém irá contra o Parecer 05/93 do CFM que discorda do ensino da Acupuntura, enquanto método terapêutico, a profissionais que não tenham a capacidade para realizar um diagnóstico nosológico.

'9) Em maio do ano passado, artigo publicado no Lancet descrevia um caso de morte na Noruega, provocada por praticante leigo de Acupuntura.

'10) No Brasil há relatos como o "Pneumotórax latrogênico por Acupuntura", publicado por Morrone-N; Freire-JA; Ferreira-AK; Dourado-AM, do Hospital Servidor de São Paulo (Rev. Paul-Med, 1990 - Jul - Aug; 108 (4): 189-91.

'11) Os dois casos atendidos no HC da FMUSP -uma meningite e uma lesão medular, resultantes da prática não-médica da Acupuntura, foram relatados pelo Prof. Dr. Manoel Jacobsen Teixeira à Audiência Pública convocada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal em 24-04-96.

Conclusão:

' A Acupuntura é um excelente recurso terapêutico nas mãos dos médicos. Mas pode tornar-se instrumento perigoso nas mãos de quem não está apto para exercer a Medicina.

'Quanto à indicação do Conselho Estadual de Educação sobre: se a habilitação proposta é necessária manifestamos que não somente não é necessária, como se for aprovado irá contra todas as resoluções do Conselho Federal de Medicina".

1.5 A clareza e a suficiência do parecer acima, de que é autora a ilustre Diretora Técnica da Divisão de Medicina Física, Dra. Satiko Tomikawa Imamura, não enseja a possibilidade de dúvida quanto ao mérito da questão.

2. CONCLUSÃO

Diante do exposto e nos termos do presente Parecer:

2.1 não se institui a Habilitação Profissional Plena de Técnico em Acupuntura e não se autorizam a instalação e o funcionamento de cursos para formação de Técnicos em Acupuntura;

2.2 não se concede, portanto, a autorização solicitada pela Escola Oriental de Massagem e Acupuntura, da 16ª DE, para o funcionamento do Curso Supletivo em nível de 2º grau - Qualificação Profissional IV - Habilitação Profissional Plena de Técnico em Reabilitação, com habilitação afim em Acupunturista (sic);

2.3 remetam-se cópias deste Parecer:

- à Escola Oriental de Massagem e Acupuntura; - à 16ª DE da Capital;

- à Secretaria de Estado da Educação;

- à Faculdade de Medicina da USP e

- à Secretaria de Estado da Saúde.

São Paulo, 20 de novembro de 1996

a) Cons. Pedro Salomão José Kassab
Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Arthur Fonseca Filho, Dárcio José Novo, Mauro de Salles Aguiar, Pedro Salomão José Kassab, Sonia Aparecida Romeu Alcici, Sonia Teresinha de Sousa Penin e Sylvia Figueiredo Gouvêa.

Sala da Câmara do Ensino do Segundo Grau, em 27 de novembro de 1996.

a) Cons. Arthur Fonseca Filho
Vice-Presidente da CESG

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 11 de dezembro de 1996.

FRANCISCO APARECIDO CORDÃO

Presidente